

Sumário

1 Introdução	1
2 Inteligência Artificial: Conceitos, Riscos e Desafios.....	17
2.1 Conceituação	19
2.1.1 Inteligência artificial.....	20
2.1.2 Ciclo de vida da IA	22
2.2 Pilares da inteligência artificial.....	24
2.3 Princípios da inteligência artificial.....	26
2.3.1 OECD e Brasil (EBIA).....	26
2.3.2 ACM	27
2.3.3 FAT-ML.....	28
2.3.4 IEEE.....	29
2.3.5 Reino Unido	32
2.4 Riscos e desafios.....	33
2.4.1 Gerenciamento de riscos em sistemas de informação.....	33
2.4.2 Riscos associados aos sistemas de inteligência artificial.....	36
3 Transparéncia dos Sistemas de Inteligência Artificial como Dever Constitucional	45
3.1 A proposta do marco regulatório da IA.....	46
3.2 Aspectos constitucionais.....	55
3.2.1 Direitos fundamentais	56

3.2.2 Princípio da publicidade.....	57
3.2.3 Princípio da motivação.....	61
3.2.4 Princípio da transparência.....	65
3.3 Lei geral de proteção de dados	67
3.4 Accountability como princípio normativo e viabilizado pela transparência.....	70
3.5 Normas técnicas.....	74
3.5.1 Terminologia	76
3.5.2 Transparência.....	76
3.5.3 Vieses.....	77
3.5.4 Confiabilidade	77
3.5.5 Riscos	78
3.5.6 Ética	78
3.5.7 Governança.....	78
4 Transparência por Meio da Inteligência Artificial Explicável	81
4.1 Conceitos.....	82
4.1.1 Interpretabilidade	86
4.1.2 Explicabilidade	89
4.2 Motivos para adotar a inteligência artificial explicável.....	92
4.3 Transparência.....	95
4.3.1 Tipos de transparência.....	98
4.3.2 Níveis de transparência	100
4.4 Categorias de destinatários.....	104
4.5 Níveis de autonomia	105

5 Governança de Inteligência Artificial no Setor Público Brasileiro por Meio da Transparência	107
5.1 Digitalização do poder público	110
5.2 Inteligência artificial e o poder público	112
5.3 Tipos de governança de inteligência artificial	115
5.4 Recomendações de governança existentes	116
5.4.1 Transparência Brasil.....	116
5.4.2 Estratégia Brasileira de IA.....	119
5.4.3 Proposta do marco regulatório de IA sobre governança	122
5.5 Critérios de avaliação de um sistema de inteligência artificial....	123
5.5.1 Design.....	126
5.5.2 Dados.....	128
5.5.3 Modelo	129
5.5.4 Verificação e validação.....	131
5.5.5 Operação e monitoramento	132
5.5.6 Eficácia da explicabilidade	133
5.6 Formas de intervenção	134
6 Estudo de Caso sobre o Reconhecimento Facial.....	135
6.1 Casos nacionais	140
6.2 Casos internacionais.....	146
6.3 Locais que baniram a tecnologia	148
6.4 Direitos fundamentais envolvidos.....	150
6.5 Formas de tratar os riscos.....	152

7 Considerações Finais.....	155
7.1 Dever de transparéncia dos sistemas de IA no poder público	156
7.2 A insuficiência da legislação vigente para tratar a necessidade de transparéncia da IA	158
7.3 A IA explicável como maneira de concretizar princípios constitucionais.....	160
7.4 Comentários finais.....	162
Referências.....	165